

De Belo Horizonte/MG para Ibirubá/RS, 10 de julho de 2019.

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ/RS - COMAJA

A Autoridade Superior por intermédio do senhor Pregoeiro

Referência : **Pregão Presencial nº 07/2019 – Sistema de Registro de Preço**

SELT ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.187.475/0001-67, estabelecida à Avenida Raja Gabágliã, número 2.640, 3º andar, Estoril, Belo Horizonte/MG, CEP 30.494-170, por seu representante legal que a este subscreve, vem, respeitosa e tempestivamente ante V.Sas., com respaldo na Lei nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir explanados.

I – TEMPESTIVIDADE

Considerando que a sessão pública de abertura foi designada para o dia **12/07/2019**, a presente peça é **tempestiva**, visto que a Legislação que rege o pregão prevê que qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas, qual seja a data de abertura da sessão pública. Tal prazo encontra-se disposto também no item 4.4 do Edital.

Sobre o tema, destaca-se que nos autos do processo nº TC 019.797/2011-7, o Tribunal de Contas da União fixou que as leis e decretos que versam sobre as duas modalidades do pregão (presencial e eletrônico) estabelecem que a impugnação ou pedido de esclarecimento podem ser intentados até dois dias úteis antes da realização da licitação.

Para o TCU, a utilização da expressão “até” demonstra que o segundo dia útil anterior ao certame também deverá estar incluído no prazo, ou seja, a

impugnação poderá ser apresentada inclusive no segundo dia útil que antecede a disputa. Toda a jurisprudência e doutrinas atuais são nesse sentido.

Logo, a presente impugnação é tempestiva e deverá ser apreciada em seu inteiro teor.

II – APRECIAÇÃO E SUSPENSÃO DO CERTAME DESIGNADO

O item 4.5 determina que esta impugnação seja apreciada em até 25 horas, deliberação tomada pelo pregoeiro com respaldo da equipe técnica responsável pela elaboração do termo de referência e anexos.

Haja vista os tópicos que serão abordados, a Impugnante confia na suspensão do certame, para ajustes no edital, com posterior publicação de novo instrumento convocatório, respeitando-se o prazo legal necessário entre a publicação e a sessão designada.

III – MÉRITO – EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS E ILEGAIS CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

III.1 - INTRODUÇÃO

Após avaliar detidamente o Edital publicado, a Selt Engenharia Ltda. detectou alguns equívocos que precisam ser sanados. Assim, serão detalhadas as irregularidades verificadas com o fito de auxiliar o i. Pregoeiro.

O Edital do Pregão Presencial nº 07/2019 contém exigências excessivas, e até mesmo ilegais, que frustram o caráter competitivo do certame, contrariando a jurisprudência dos Tribunais Pátrios, assim como a Lei Geral de Licitações, que se aplica subsidiariamente às demais modalidades licitatórias.

Conforme cediço, a Administração Pública tem discricionariedade para determinar quais serão as exigências contidas nos editais das licitações realizadas. Por outro lado, é pacífico que tais previsões devem estar alinhadas com os ditames da Lei Geral das Licitações, das Leis específicas e dos princípios que regem os procedimentos

licitatórios, dentre os quais se destacam a competitividade, legalidade, razoabilidade, isonomia, impessoalidade e julgamento objetivo.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, determina a realização de processo de licitação para a contratação de obras e serviços pelo Poder Público, **permitindo que os editais façam somente exigências necessárias ao cumprimento das obrigações, in verbis:**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **nos termos da lei**, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)**

O tema foi tratado na Lei nº 8.666/93, responsável por tipificar crimes, veja-se:

Art. 90. **Frustrar** ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, **o caráter competitivo do procedimento licitatório**, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. **(grifo nosso)**

Com efeito, toda licitação ancora-se em um edital com cláusulas que restringem o objeto e o universo dos participantes, uma vez que a Administração necessita de um dado bem ou serviço (o que exclui os demais, semelhantes ou não) e de condições pessoais do futuro contratado que garantam o cumprimento do contrato, conquanto assegure e mantenha o caráter competitivo do certame.

Por este motivo, o instrumento publicado não deve conter exigências que desbordam os parâmetros da razoabilidade, conforme assevera o Tribunal de Contas da União:

A Administração, ao realizar o processo licitatório, tem o dever de exigir documentos que comprovem que a qualificação dos concorrentes está

compatível com a obra que pretende contratar. **É importante, porém, não confundir o cuidado que é necessário na busca de resultados eficazes, com cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Em todos os casos, as exigências de qualificação devem permanecer no patamar da razoabilidade, guardando relação com a dimensão e a dificuldade da obra a ser realizada,** para não infringir o disposto no art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/1993¹. (grifo nosso)

Desta forma, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a Administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

A Impugnante compreende o cuidado que a Administração Pública deve ter ao publicar um edital para aquisição de bens e contratação de serviços, especialmente pelo fato de existirem empresas aventureiras no mercado que frequentemente causam prejuízo ao erário e ao interesse público.

Entretanto, o cuidado necessário ao formular o edital não pode ser exagerado ao ponto de dificultar (para não dizer impedir) a participação de empresas idôneas no certame.

Nesta esteira, após avaliar as disposições editalícias, a Selt Engenharia verificou a existência de requisitos que entendeu **excessivos e ilegais**, os quais passa a expor, explicando e fundamentando as razões de seu inconformismo.

III.2 – IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA EM CONSÓRCIO COM OUTRAS EMPRESAS: IRREGULARIDADE E RESTRIÇÃO INDEVIDA

O item 11.1.4, “a” prevê que a aptidão técnica será comprovada por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito ou privado, que demonstre que o concorrente já efetuou fornecimento de objeto semelhante ao que será contratado pela autoridade licitante:

¹ Tribunal de Contas da União. Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras e Edificações Públicas. 4ª Edição. Brasília, 2014.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar 01 (um) Atestado de Aptidão Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, de forma satisfatória.

Por sua vez, a “Observação 05” constante deste item dispõe que não serão aceitos, entre outros, atestados provenientes de execução de objeto em consócio com outras empresas:

OBSERVAÇÃO 05: Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de obra(s) inacabada(s), executada(s) parcialmente ou em consócio com outras empresas;

A comprovação de experiência anterior na execução de contratos com objeto semelhante ao que se objetiva contratar é importante para demonstrar que a empresa tem capacidade/condições de executar o objeto do contrato. Esta exigência está prevista no artigo 30, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e é exigível para garantir, de certa forma, que o contratado cumprirá o instrumento firmado, não prejudicando a Administração e nem o interesse público.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

De acordo com o art. 30 da Lei nº 8.666/93, a comprovação de que a licitante possui qualificação técnica necessária para contratar com a Administração se faz por meio da apresentação de atestados, de modo a evidenciar sua aptidão com base na demonstração de sua experiência anterior no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Neste sentido, percebe-se que a proibição de apresentação de atestados cujos objetos foram executados em consócio com outras empresas é excessiva em relação ao fim que a exigência de atestados de capacidade técnica se propõem.

O objetivo é aferir o que efetivamente a empresa licitante executou, para verificar se ela tem experiência e condições de executar o objeto do

contrato. Assim, ainda que o contrato a que se refira o atestado tenha sido executado por um consórcio de empresas, do qual a licitante tenha feito parte, **a Administração somente irá considerar, para fins de qualificação, as parcelas que efetivamente foram executadas pela empresa que está participando do processo licitatório.**

LOGO, SE NOS ATESTADOS EMITIDOS EM NOME DE CONSÓRCIO FOR POSSÍVEL AFERIR QUAL PARCELA DO OBJETO FORA EXECUTADA PELA EMPRESA LICITANTE, NÃO HÁ RAZÃO PARA DESCONSIDERÁ-LO, POIS ELE TERÁ CUMPRIDO O FIM A QUE SE PROPÕE.

É este o entendimento do unânime do Tribunal de Contas da União, portanto deve ser observado pela autoridade licitante do presente processo licitatório:

REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS. IMPROPRIEDADES EM CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL. LICITAÇÕES REVOGADAS. EXAME DE RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE PREJUDICADO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES. 1. Os critérios estabelecidos em procedimentos licitatórios para a qualificação técnica-operacional devem-se ater, única e exclusivamente, ao objetivo de selecionar uma empresa que tenha as condições técnicas e operacionais necessárias para realizar o empreendimento licitado. 2. **O reconhecimento dos atestados de execução de serviços de engenharia relativos a consórcio deve-se restringir ao percentual de participação financeira e à parcela de serviços executada atribuíveis única e exclusivamente à empresa dele integrante.** (ACÓRDÃO 2299/2007 – PLENÁRIO. RELATOR: AUGUSTO NARDES)

“36. A terceira questão dos subtópicos retro diz respeito à aceitabilidade, em termos de capacitação técnico-operacional, da totalidade de serviços constantes de atestados fornecidos a empresas quando as mesmas prestaram os serviços em regime de consórcio.

37. No caso vertente, o ponto central da discussão é saber se o procedimento adotado pela Agespisa preenche os fundamentos do art. 33, inciso V, da Lei nº 8.666/1993, ao aceitar como integral o acervo apresentado pela Construtora Jurema oriundo da sua participação na proporção de apenas 37,04% dos serviços executados em regime de consórcio.

(...)

41. Pelo exposto, acolhendo com razões de decidir os demais fundamentos esposados pela unidade técnica, considero procedente a representação, neste particular, ante a aceitação pela Agespisa de acervo técnico integral da Construtora Jurema, que não condiz com a realidade dos fatos, uma vez que a sua participação nas obras do consórcio foi de apenas 37,04%,

inclusive porque em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.” (ACÓRDÃO 2993/2009 – PLENÁRIO. RELATOR: AUGUSTO NARDES)

“Este Tribunal de Contas já manifestou que **O RECONHECIMENTO DOS ATESTADOS RELATIVOS A CONSÓRCIO DEVE-SE ADSTRINGIR AO PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E À PARCELA DE SERVIÇOS EXECUTADA ATRIBUÍVEIS ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE A CADA EMPRESA DELE INTEGRANTE**” (ACÓRDÃO 2572/2010 – PLENÁRIO. RELATOR: VALMIR CAMPELO)

“(…) para fins de análise de qualificação técnica operacional, o reconhecimento de atestados de execução de serviços de engenharia relativos a obras realizadas em consórcio deve ser adstrito ao percentual de participação financeira e à parcela de serviços executada atribuíveis única e exclusivamente a cada empresa dele integrante;” (ACÓRDÃO 2898/2012 – PLENÁRIO. RELATOR: JOSÉ JORGE)

A manutenção desta **proibição desarrazoada** trará como prejuízo a **redução do caráter competitivo do certame**, pois fará com que empresas que têm experiência e condições de executar o objeto do contrato sejam indevidamente inabilitadas, tão somente porque seus atestados de capacidade técnica foram emitidos em nome de um consórcio, **mesmo havendo discriminação da parcela específica do objeto do contrato executado exclusivamente pela concorrente no presente certame.**

Além de restringir o caráter competitivo, muitas vezes esta exigência excessiva acaba por conduzir um determinado concorrente a se consagrar vencedor do certame, **havendo um direcionamento da licitação**, o que **viola o princípio da isonomia** entre os competidores.

Assim, pede-se que a “Observação 05” seja revista pela autoridade licitante, de modo a permitir a apresentação de atestados de aptidão técnica emitidos em nome de consórcios, **caso haja especificação da parcela do objeto cujo cumprimento foi dado pela empresa participante do certame.**

III.3 – NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE MARCA NA PROPOSTA: IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO DA MARCA DESCRITA NA PROPOSTA

As exigências de documentação e especificação técnica das luminárias apresentada no Edital restringem drasticamente a ampla competitividade. O instrumento convocatório, além de exigir que a licitante declare em suas propostas

marca/modelo das luminárias LED ofertadas, faz exigências de certificados, conforme Portaria que ainda não está em vigor.

Ora, o excesso de exigências para declaração a marca, modelo e fabricante na proposta pode acabar, mesmo que indiretamente, vinculando o licitante a um único fornecedor, o que seria ilegal de acordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

Imagine-se o seguinte cenário: após empresa ganhar a licitação, ocorre um desacordo comercial entre ela e seu fornecedor. Nesta situação, não é razoável que haja restrição de apresentação de uma única marca junto à proposta, ou que a marca descrita na proposta seja a única aceita para a execução do contrato, pois, em caso de contratação, o serviço deve e vai continuar sendo prestado, mas com um produto similar, de igual ou melhor qualidade.

Por isso, o Tribunal de Contas da União entende no sentido de haver possibilidade, durante a execução do contrato, de apresentação de produto diverso, havendo prova de que as especificações técnicas se equiparam em eficiência e qualidade, observe-se:

(...) 9.5.1. Autorização para recebimento pela Unirio de notebook da fabricante Semp Toshiba, marca distinta da oferecida na proposta da empresa vencedora do Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 37/2008 que era da fabricante Sony, **à mímica de análise técnica que assegure o atendimento das especificações do edital e que a performance do novo equipamento da marca Semp Toshiba seja idêntica ou melhor ao da marca Sony.**

(...)

60. Por fim, como se detalhará adiante, a UNIRIO promoveu, após o pagamento pelos notebooks, análise técnica dos novos equipamentos, concluindo que apresentam características inferiores às dos ofertados pela empresa durante o Pregão.

61. Rejeitam-se, assim, as razões de justificativa apresentadas, considerando-se que o Pró-Reitor de Administração autorizou o recebimento de notebooks distintos do previsto na proposta da empresa vencedora do Pregão Eletrônico 37/2008, à mímica de análise técnica que assegurasse o atendimento das especificações do edital e características de desempenho iguais ou superiores às do equipamento oferecido, cabendo a aplicação da multa prevista no art. 58, II da Lei 8.443/92.

(Acórdão n.º 558/2010, TC-008.404/2009-1, rel. Min. Augusto Nardes, 24.03.2010).

Logo, não há qualquer razoabilidade a criação de um vínculo entre o licitante e uma determinada marca, o que deve ser registrado em edital (i) porque há vedação legal da prestação do serviço ser vinculada a um determinado fornecedor e (ii) porque a execução do objeto contratado com produtos similares, de melhor ou igual qualidade ao produto indicado, não traz qualquer prejuízo à execução do contrato administrativo, desde que atendam as necessidades da autoridade contratante.

Assim, a Impugnante pede que o item 10.1 do Edital seja esclarecido, para conter de forma expressa, que a apresentação da marca junto à proposta não vincula a execução do contrato, podendo este ser executado com produtos similares, de melhor ou igual qualidade ao produto indicado pela licitante no momento de apresentação da proposta.

IV – PEDIDOS:

Diante do exposto, a SELT ENGENHARIA LTDA. pugna pelo recebimento desta Impugnação, haja vista sua pertinência e tempestividade, e:

IV.1 – Pede a suspensão da sessão já designada, para que seja analisada esta peça,

IV.2 – Requer o **provimento** deste arrazoadado, corrigindo todas as inconsistências verificadas. Na remota eventualidade de algum tópico e assunto tratado não ser acolhido, deve haver justificativa técnica robusta a comprovar a legalidade da exigência e a ausência de restrição ao caráter competitivo.


Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 10 de julho de 2019.



SELT ENGENHARIA LTDA.


CNPJ/MF 19.187.475/0001-67

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">31200810338</div>		Código da Natureza Jurídica <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SELT ENGENHARIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

J193174854247

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

BELO HORIZONTE
Local

1 Abril 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ **DECISÃO SINGULAR**
☐ **DECISÃO COLEGIADA**

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ **SIM**

☐ **SIM**

☐ **NÃO** ____/____/____
Data

☐ **NÃO** ____/____/____
Data

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
	Presidente da ____ Turma			

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/140.947-2	J193174854247	01/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/9

SELT ENGENHARIA LTDA

74ª Alteração Contratual

Rogério Mohallem, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista, portador da carteira de identidade nº 37.908/D expedida pelo CREA-MG, inscrito no CPF sob o nº 398.694.666-72, residente e domiciliado à Alameda do Morro, 85, Torre 9, apto 2300, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34006-083;

Márcio Mohallem, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista, portador da carteira de identidade nº 53.055/D expedida pelo CREA-MG, inscrito no CPF sob o nº 525.780.976-15, residente e domiciliado à Alameda do Morro, 85, Torre 5, apto 1000, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34006-083;

Únicos sócios da SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA, **Selt Engenharia Ltda.**, sede e foro à Avenida Raja Gabaglia, 2.640 – 3º andar, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-170, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 392.157 em 30/08/1976 – NIRC 3120081033-8 e última Alteração Contratual registrada sob o nº 6338738 em 07/10/2017 e inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 19.187.475/0001-67, de comum acordo resolvem promover as seguintes alterações nos mencionados instrumentos:

PRIMEIRO: Alteração das Atividades Econômicas e objeto social da empresa, com a manutenção da atividade de Comércio Varejista de Material Elétrico, apenas no Estado do Amazonas.

O objeto social passa a ser:

- Execução de serviços de engenharia, abrangendo os ramos de engenharia elétrica, mecânica e civil, compreendendo: construção, manutenção, instalação, estudos, projetos, cálculos, consultoria e execução de obras dentro das especializações acima, inclusive representações de artigos correlatos aos ramos aqui mencionados;
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- Serviços de embalagem e etiquetamento de produtos e/ou equipamentos elétricos;
- Assessoria, orientação e assistência prestada a empresas em matéria de planejamento, organização, reengenharia, controle e gestão.

SEGUNDO: Manter inalteradas, todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social e Alterações, com as adaptações devidas ao novo Código Civil, Lei 10.406/2002.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SELT ENGENHARIA LTDA. CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade que gira sob a denominação de **SELT ENGENHARIA LTDA.**, tem o Capital Social de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), totalmente integralizados, divididos em 3.900.000 (três milhões e novecentos mil quotas) de quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

NOME	QUOTAS	R\$	%
Rogério Mohallem	1.950.000	1.950.000,00	50,00
Márcio Mohallem	1.950.000	1.950.000,00	50,00
Total	3.900.000	3.900.000,00	100,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade tem sua Sede e Foro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, à Avenida Raja Gabaglia, 2.640 – 3º andar, bairro Estoril, com um capital social de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais); e

- 1) Canteiro de Obras à Rua Raul Cunha, nº 004, bairro Mecejana, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP 69304-260, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0007-52, NIRE nº 1490002498-6, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais);
- 2) Canteiro de Obras à CSG 18, s/n, Lote 18, Taguatinga, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 72035-518, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0003-29, NIRE nº 5390020653-9, com capital de R\$ 100,00 (cem reais);
- 3) Filial à Avenida Max Teixeira, 200 B, bairro Flores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69058-415, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0004-00, NIRE nº 1390012457-1, com capital de R\$ 100,00 (cem reais);
- 4) Canteiro de Obras à Rua Santo Cristo, nº 70 e 74, bairro Santo Cristo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20220-303, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0014-81, NIRE nº 3390125346-1, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais);
- 5) Canteiro de Obras à Rua Alberto Frediani, nº 652, bairro Jardim Frediani, na cidade Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo/SP, CEP 06502-15, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0002-48, NIRE nº 3590154255-4, com capital social de R\$ 36,37 (trinta e seis reais e trinta e sete centavos);
- 6) Canteiro de Obras, à Avenida Renato Azeredo, 204 A, bairro Distrito Industrial João de Almeida, na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, CEP 33880-302, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0015-62, NIRE nº 3190248671-9, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais);
- 7) Canteiro de Obras, Avenida Floriano Peixoto 0 – Quadra 007 Lote 9/10 e 21/22 – Loteamento Esplanada, na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CEP 68515-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0017-24, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais).

Para efeitos de natureza tributária, podendo abrir, montar e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, onde convenha aos seus interesses, respeitadas as restrições de lei.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Sociedade tem por finalidade:

- Execução de serviços de engenharia, abrangendo os ramos de engenharia elétrica, mecânica e civil, abrangendo: construção, manutenção, instalação, estudos, projetos, cálculos, consultoria e execução de obras dentro das especializações acima, inclusive representações de artigos correlatos aos ramos aqui mencionados;
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- Serviços de embalagem e etiquetamento de produtos e/ou equipamentos elétricos;
- Assessoria, orientação e assistência prestada a empresas em matéria de planejamento, organização, reengenharia, controle e gestão.

Parágrafo único – A Filial à Avenida Max Teixeira, 200 B, bairro Flores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69058-415, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0004-00, tem como atividade econômica principal o Comércio Varejista de material elétrico, e como atividades secundárias a Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, Instalação e manutenção elétrica, e Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, sendo que seu início se deu em: 01/09/1976.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança BDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CLÁUSULA QUINTA

A administração da sociedade compete aos sócios, Rogério Mohallem e Márcio Mohallem com poderes e atribuições para representar a sociedade judicial ou extrajudicial, bem como perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores, clientes, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim em todas as relações junto a terceiros, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, exceto nas operações de financiamentos e garantias para as empresas ligadas e coligadas, assim entendidas aquelas em que os sócios proprietários da SELT ENGENHARIA LTDA. Sejam sócios majoritários, inclusive operações já realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os documentos e papéis que envolverem responsabilidades de quaisquer naturezas para a sociedade, serão assinados **isoladamente** por qualquer um dos sócios Rogério Mohallem ou Márcio Mohallem, exceto aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, que deverão ser assinados pelos mesmos, conjuntamente. E poderão nomear procuradores com objetivo específico de emissão e envio de Nota Fiscal Eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA

A título de "PRÓ-LABORE", os Diretores farão uma retirada mensal que será estabelecida de comum acordo, obedecendo-se a legislação pertinente, a qual será levada à conta específica.

CLÁUSULA SÉTIMA

No caso de falecimento de um dos sócios, a Sociedade não se dissolverá, continuando com o sócio remanescente que poderá adotar uma das seguintes soluções:

a) pagar aos herdeiros do sócio falecido os seus haveres na Sociedade, os quais serão apurados em Balanço imediatamente ao óbito; esse pagamento será feito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, com a devida correção da moeda segundo índices oficiais. Os haveres a serem pagos serão apurados mediante avaliação ao preço de mercado, avaliação esta feita por pessoa idônea e de escolha mútua entre o sócio remanescente e o primeiro herdeiro do sócio falecido.

b) Admitir na Sociedade herdeiros do sócio falecido, permanecendo os haveres no "Status quo ante".

CLÁUSULA OITAVA

A 31 de dezembro de cada ano social, será levantado um Balanço Geral da Sociedade, e os lucros líquidos apurados regularmente, feitas as depreciações legais e usuais, serão partilhados entre os sócios na proporção de suas quotas, bem como poderão ficar em suspenso para futuro aumento do capital social, no todo e em parte a critério dos quotistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os prejuízos sociais serão suportados pelos sócios, também na proporção de suas quotas, obedecendo-se o regulamento do Imposto de Renda em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá elaborar e levantar mensalmente ou trimestralmente balanços intermediários com as respectivas demonstrações de resultados, e os lucros neles apurados poderão ser distribuídos aos sócios de acordo com o interesse dos mesmos.

CLÁUSULA NONA

Qualquer sócio poderá desligar-se da Sociedade a todo tempo, devendo, porém, disso cientificar ao outro, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Em igualdade de condições, o sócio remanescente terá preferência das quotas do sócio retirante.



CLÁUSULA DÉCIMA

As deliberações dos sócios abaixo transcritas, previstas no artigo 1071 da Lei 10.406 de 10/01/2002, serão tomadas em reunião dos sócios:

- I) Aprovação das contas da administração;
- II) Destituição dos administradores;
- III) Modificação do contrato social;
- IV) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- V) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VI) O pedido de concordata.

§ Primeiro: A convocação dos sócios será feita por escrito, através de carta nominal e individual a cada um dos sócios, com evidência de protocolo de recebimento das mesmas.

§ Segundo: Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecem ou se declaram, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ Terceiro: As decisões tomadas nas reuniões dos sócios serão transcritas em atas, que conterão a assinatura dos sócios participantes.

§ Quarto: A reunião torna-se dispensável, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A responsabilidade técnica que ocorrer, no desenvolvimento dos serviços que constituem o objeto social, será assumida pelos sócios profissionais e/ou engenheiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As divergências entre os sócios serão dirimidas por árbitros em que se louvem as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede ainda que temporariamente, o exercício da administração da sociedade empresária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os casos omissos no presente contrato serão regidos pela legislação em vigor.

E, por estarem de acordo, assinam a presente alteração contratual em 01 (uma) via, indo a via única a arquivamento e registro na JUCEMG.

Belo Horizonte/MG, 01 de abril de 2019.

Sócios:

Rogério Mohallem

Márcio Mohallem



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceimg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/140.947-2	J193174854247	01/04/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
525.780.976-15	MARCIO MOHALLEM
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/9



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SELT ENGENHARIA LTDA, de nire 3120081033-8 e protocolado sob o número 19/140.947-2 em 01/04/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7250602, em 03/04/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Zelia da Costa Cavalcanti.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
525.780.976-15	MARCIO MOHALLEM
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 03 de Abril de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança BDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
150.862.326-00	ZELIA DA COSTA CAVALCANTI
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 03 de Abril de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7250602 em 03/04/2019 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 191409472 - 01/04/2019. Autenticação: F79475F431D59D4C1A15EEB1BF7D9B1C9C1A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/140.947-2 e o código de segurança bDTQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/04/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional Registro Nacional

140295456-5

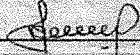
Nome
 ROGERIO MOHALLEM



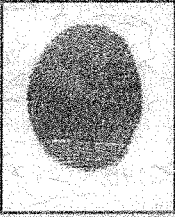
Filiação
 JOSE MAHALLEM
 CORA MOHALLEM

C.P.F. Documento de Identidade Tipo Sang.
 398.694.666-72 M-1.496.375 SSPMS O+


Nascimento Naturalidade UF Nacionalidade
 17/06/1961 BELO HORIZONTE MG BRASILEIRA

Crea de Registro Emissão Data de Registro
 CREA-MG 05/11/2012 25/04/1985

Ass. Presidente  Registro no Crea
 MG-37908/D

Título Profissional
 Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional 

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6286 de 07/05/76)

CARTÓRIO MELO VIANA
 ESMERALDAS - MG
 EMOL. R\$4,53 + TFJ R\$1,49
 RECOMPE R\$0,27 = TOTAL R\$6,29

01 JUL 2019

ATENTICO A PRESENTE CÓPIA
 XEROGRÁFICA, CONFORME
 ORIGINAL APRESENTADO. DOU FÉ.

Selo de Fiscalização
 do Cartório de Registro
 do Estado de Minas Gerais
 Assessoria de Registro
 do Estado de Minas Gerais

AUTENTICAÇÃO
 DAN 19420

Salmo Waslei de Resende
 Escrevente Autorizado